

ORESTES GONÇALVES JR. E TEREZA FERNANDEZ DIAS DA SILVA

A estabilização do setor elétrico

Não trataremos, nesse artigo, do passado da economia brasileira. Partimos da premissa de que a globalização impõe uma mudança na postura empreendedora do Estado Nacional; de que o Estado Nacional, na concepção desenvolvimentista, falhou (aqui e no resto do mundo) e é premente uma mudança efetiva na condução do processo de desenvolvimento do País.

Nesse sentido consideramos que, do ponto de vista da viabilidade do País, o governo Fernando Henrique Cardoso tem que avançar na reestruturação do Estado. Na realidade, o projeto Fernando Henrique Cardoso composto de três partes complementares tem como objetivo final promover o crescimento sustentado da economia brasileira em novas bases.

A primeira parte do projeto é o Plano de Estabilização propriamente dito, que, ao quebrar a inércia inflacionária vivida pelo País nos últimos anos, tende a impor um ambiente econômico mais saudável, necessário para a concepção de projetos de longo prazo. A estabilização, interiorizada pelos diferentes agentes econômicos — do consumidor ao produtor — permite que se avance no rumo desejado. E, mais importante, torna os agentes parte integrante do processo.

Obviamente, o processo de estabilização ainda não terminou no País, mas já permite que o governo avance na segunda parte do projeto — o ajuste do Estado —, de modo a torná-lo compatível à nova realidade nacional. Nesse sentido é fundamental que as reformas hoje em trânsito no Congresso Nacional alcancem o sucesso almeja-

do; é primordial que os grandes passivos que a economia brasileira carrega sejam equacionados. Além do inchaço da máquina, dos problemas inerentes ao Sistema Previdenciário Nacional, tem que avançar nos ajustes dos Estados que compõem a Federação: dívidas acumuladas e privatizações.

Ao diminuir o tamanho do Estado, o setor público passa a dividir com o privado, o fornecimento de serviços de infra-estrutura de modo a maximizar a qualidade e a extensão dos mesmos em um país da dimensão das ne-

cessidades sociais que temos no Brasil.

Obviamente, esta meta implica também em se criar fontes de financiamento de longo prazo para garantir o seu sucesso (terceira parte do projeto). O papel da privatização aqui é de fundamental importância. O volume de recur-

sos envolvidos na melhoria dos serviços públicos exige um esquema eficiente e duradouro de captação.

Dentre os setores de infra-estrutura, o setor elétrico nacional será, possivelmente, um dos pilares do programa de privatização federal e estadual do próximo ano. Da mesma forma que outras áreas de atuação do Estado brasileiro, o setor elétrico necessita de regras claras e estáveis para atrair investidores institucionais nos montantes necessários para um programa de tal porte.

Para tanto, as normas complementares a serem descritas pelo órgão regulador terão que apresentar condições factíveis à administração empresarial, sem os costumes cerceamentos que venham a imaginar como critérios oportunistas e sim com normas que incentivem o espírito empreendedor do investidor, estimulando-o, através da competitividade, a criação de melhores condições negociais entre os agentes se-

toriais (consumidores, distribuidores, transmissores e geradores).

Os contratos de concessão a serem firmados devem estimular, entre outros pontos, a busca da produtividade, o cumprimento das tarifas pactuadas, a eliminação de fundos de recursos intra-setoriais, valorizando a gestão administrativa.

Os atuais participantes do setor — concessionários públicos e o acionista majoritário — têm papel importante na montagem dessas estratégias. A justa interpretação das alterações constitucionais implementadas e a serem implementadas por esse governo possibilitará a inserção da poupança privada no setor. A nova legislação aprovada nesse ano para o setor demonstra o claro esgotamento da intervenção do Estado como gestor e financiador da indústria de energia elétrica. A posição que o governo passará a exercer, através da leitura da recente legislação, será, principalmente a de regulador e fiscalizador dos contratos de concessão dos serviços públicos de energia elétrica.

A alteração do papel do Estado para regulador e fiscalizador indica a necessidade de alterações das responsabilidades dos atuais organismos setoriais, delineando as novas obrigações para as metas da reforma patrimonial do governo.

A apresentação de um modelo claro de organização da cadeia produtiva do setor, com cronogramas de parcerias e privatizações em ambiente regulatório estável, contribuirá decisivamente para a reestruturação do Estado e a viabilização e a inserção da economia brasileira no processo de globalização.

■ Orestes Gonçalves Jr. e Tereza Fernandez Dias da Silva são consultores da MB Associados

